



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

SAWAN SOLANGE ALVES GONÇALVES

**O EDUCADOR SOCIAL E O TRABALHO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO
DE RUA**

FLORIANÓPOLIS

2023.1

SAWAN SOLANGE ALVES GONÇALVES

**O EDUCADOR SOCIAL E O TRABALHO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO
DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof. Dr.Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

FLORIANÓPOLIS

2023.1

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gonçalves, Sawan Solange Alves

O educador social e o trabalho com a população em
situação de rua / Sawan Solange Alves Gonçalves ;
orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmento, 2023.
63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. educador social. 3. população em
situação de rua. 4. centro pop. 5. assistência social. I.
Sarmento, Hélder Boska de Moraes. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

SAWAN SOLANGE ALVES GONÇALVES

O EDUCADOR SOCIAL E O TRABALHO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 23 de junho de 2023.

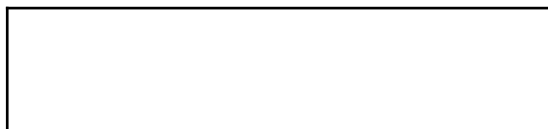


Prof.ª Dra. Heloísa Teles
Coordenação de Curso

Banca examinadora



Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Orientador



Prof.ª Dra. Maria Regina de Ávila Moreira
UFSC



Mayara Martins
Assistente Social

Florianópolis,
2023.

As minhas mães.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a todos os orixás, pois sem eles para me guiar em toda minha vida, não teria chegado até aqui.

Aos meus ancestrais que passaram o que passaram para eu estar aqui. Aos meus avós Airton e Catarina (in memoriam), que me deram toda base, apoio e ensinamentos para seguir a vida.

As minhas mães Fátima, Mariângela e Milene, que são meu alicerce, assim como os meus primos/irmãos, que realmente são como irmãos Gustavo, Mirella, Murillo e Tchiara, esses que estão sempre ao meu lado para o que der e vier e me apoiando em tudo.

Ao meu esposo/companheiro André que me aguenta nesses 20 anos de parceria em todos os momentos, que me incentiva do jeito mais complicado possível, porém sei que ele faz isso porque sabe que sou capaz de realizar.

Ao meu sogro João Batista (in memoriam) e sogra/mãe de santo, que nunca me deixaram faltar nada.

A minha tia Maria, por todos esses anos de carinho.

Aos sobrinhos que a vida me deu (Alice, João, Vitória e Yaisa) e aos meus cunhados (Ana Paula, Janaina, Luciana, Marcos, Rudney).

Ao meu pai que me deu o dom da vida.

Agradeço a minha família, que não é pequena, mas cada um tem sua pontinha de contribuição a tudo que pude aprender.

A todas educadoras sociais e ex-educadoras que faço questão de citar uma por uma pois sem elas não estaria fazendo esse curso de graduação: Camila, Fernanda, Gicele, Isis, Jaqueline, Janaína, Liege, Mayara, Mariana, Onete, Patrícia, e a nossa eterna motora Priscila.

A toda equipe do Centro Pop, em especial a Assistente Social Thaís, que foi minha incentivadora em todo esse percurso e a Assistente Social Valdirene que com o jeitinho dela conseguiu entrar na minha vida.

A todos usuários e ex-usuários do serviço, pois foi através deles que comecei a ver a vida com outros olhos e entender o porquê de estar trabalhando neste local.

A equipe do meu local de estágio (Duda, Tami, Evelyn, Amanda, Majé e Vera) e estagiárias (Ju, Bruna, Jaque) por todos os momentos vivenciados, o aprendizado e fazer me libertar da timidez.

A minha amiga Lucia, amizade essa que nasceu no curso e levo para toda vida. Foram momentos de descontração, dia que quebramos o braço na mesma semana e momentos de angustia e muitos trabalhos para realizar e que no fim dava tudo certo.

Ao coletivo negro Magali da Silva Almeida, que nunca consegui me fazer presente devido a minha rotina, sempre me acolheram e me receberam de braços abertos. Muitos momentos que me senti perdida, e passando por algumas dores, foi com eles que criei forças, principalmente a Mirê com as suas maravilhosas palavras.

Ao meu orientador, Hélder, por sua paciência e não desistir de mim.

“Nossos passos vêm de longe.” (Werneck, Jurema)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso traz uma reflexão e sistematização a partir de experiência profissional, sobre a importância do(a) educador(a) social para o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Florianópolis – Centro Pop. Mediante pesquisa bibliográfica realizada principalmente pelas legislações da assistência social. A análise expressa as principais funções do educador(a) social, o início da profissão junto à população em situação de rua, regulamentação do exercício profissional, sua trajetória dentro do serviço Centro Pop, assim como, seu funcionamento e dinâmica em períodos distintos. Para contextualizar o(a) educador(a) social foi realizado um resgate sobre o surgimento da Assistência Social no Brasil, a caracterização do serviço na Política Nacional para a População em Situação de Rua. Por fim, apresentam-se as considerações finais, com uma reflexão sobre o funcionamento do serviço e a não valorização dos profissionais relativos ao estudo.

Palavras-chave: educador(a) social; assistência social; população em situação de rua; centro pop.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course brings a reflection and systematization from professional experience, on the importance of the social educator for the Specialized Reference Center for Population in Street Situation of Florianópolis - Centro Pop. Through bibliographical research carried out mainly by the legislation of social assistance. The analysis expresses the main functions of the social educator, the beginning of the profession with the homeless population, regulation of professional practice, its trajectory within the Centro Pop service, as well as its functioning and dynamics in different periods. To contextualize the social educator, a rescue was carried out on the emergence of Social Assistance in Brazil, the characterization of the service in the National Policy for the Homeless Population. Finally, the final considerations are presented, with a reflection on the functioning of the service and the lack of appreciation of professionals related to the study.

Keywords: social educator; social assistance; homeless population; pop center.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Recursos Humanos	30
QUADRO 2 – Funções de Cuidador e Orientador ou Educador Social..	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFLOV - ASSISTÊNCIA METROPOLITANA DE VOLUNTÁRIOS

BPC - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

CADÚNICO - CADASTRO ÚNICO

CAISC - CENTRO DE APOIO E ATENDIMENTO A IMIGRANTES DE SANTA CATARINA

CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CBO - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

CENTRO POP - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNSS - CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

ESR - EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

ID JOVEM - IDENTIFICAÇÃO JOVEM

IGP - INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

LBA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

LOAS – LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MNPR - MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

NAF - NÚCLEO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS

NOBRH/SUAS - NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SUAS

PL - PROJETO DE LEI

PLS - PROJETO DE LEI DO SENADO

PNAS - POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PNPSR - POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

PPPI – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUICIONAL

PSR - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

SAFI - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA E DO INDIVÍDUO

SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	22
2.1	BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	22
2.2	A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25
2.3	QUEM É A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	28
2.4	CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO CENTRO POP NA POLÍTICA NACIONAL	30
2.5	CENTRO POP NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	33
3	PROFISSÃO, EDUCADOR(A) SOCIAL	38
3.1	ASSIM COMEÇA A PROFISSÃO DE EDUCADOR(A) SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	38
3.2	REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	40
3.2.1	Atribuições/funções do(a) Educador(a) Social	42
4	EDUCADORES SOCIAIS NO CENTRO POP DE FLORIANÓPOLIS	46
4.1	FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS(AS) EDUCADORES(AS) SOCIAIS	46
4.2	A IMPORTÂNCIA DOS(AS) EDUCADORES(AS) SOCIAIS	49
4.3	ANÁLISE CRÍTICA DO TRABALHO DO(A) EDUCADOR(A) SOCIAL	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal implementada a partir de 1988, o Estado torna-se responsável pela assistência social enquanto política pública.

Assim, em seu artigo 203, cita que essa política será ofertada a qualquer indivíduo que esteja dela necessitado, contribuindo ou não para a seguridade social (BRASIL, 2018, p.125).

No ano de 1993, tivemos o reconhecimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) através da lei nº 8.742, essa traz que a assistência social é um direito do cidadão, de garantia de atendimento às necessidades básicas, sendo uma política de seguridade social não contributiva. Seus objetivos são a Proteção Social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Assim, a assistência social organiza-se em proteção social básica e proteção social especial, essa dividindo-se em média e alta complexidade.

Somente mais de uma década depois, no ano de 2004, ocorreu a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que traz como objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 33).

O público assistido da política de assistência social, se caracteriza por indivíduos em situações de riscos ou vulnerabilidades, tais como a falta de moradia, fome, falta de saneamento básico, falta de documentação, problemas de saúde e o racismo, que pode levar a todos esses fatores já citados, e também com vínculos fragilizados e/ou perdidos em seus diversos âmbitos da sociedade ou familiar, entre os mais inúmeros motivos como o uso de álcool e outras drogas, desemprego, conflitos familiares, entre outros.

Com “o processo de urbanização, sobretudo nos países nos quais ele se deu tardiamente, está vinculada à industrialização e ao constante acirramento da mercantilização da terra, excluindo os menos afortunados” (BOVE; FIGUEIREDO, 2014, p.423), onde acaba ocorrendo também a crescente demanda de trabalhadores saindo das pequenas cidades em busca de melhores condições de vida nas

metrópoles (um crescimento desordenado), acarretando o agravamento de várias demandas sociais, como o acesso à educação, saúde, emprego e moradia.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988, e o reconhecimento da Política de Assistência Social, somente em 1995 foram realizadas manifestações sobre a População em Situação de Rua (PSR). A luta de movimentos sociais não deixou que esses indivíduos continuassem invisíveis, ocupando novos espaços públicos e reivindicando condições de vida.

O grito dos excluídos, que simbolizou a luta da PSR, foi promovido pela Pastoral Social com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil. No dia 07 de setembro de 1995, mobilizou indivíduos, organizações e movimentos sociais com o objetivo de dar visibilidade aos direitos e necessidades da população que tinha as ruas como seu espaço de moradia e sobrevivência. (BRASIL, 2011, p.16).

Entendia-se, no período da ditadura militar, que crianças e adolescentes que viviam em vulnerabilidade social, deveriam ser afastadas do convívio familiar e internadas em instituições. Nesse mesmo período ocorreu a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) com o intuito de formular e executar políticas de bem-estar ao menor. Porém o que era visto nesse período foi um grande número de “marginalizados” (termo este bastante utilizado para criminalizar o jovem) internados.

Com uma reestruturação dos movimentos sociais e suas lutas por participação e democratização, os mesmos passaram a reivindicar pautas específicas.

A demanda desse tipo de movimento, relacionava-se aos direitos sociais modernos, apontando as problemáticas de gênero, etnia, ecologia, qualidade de vida, igualdade e desenvolvimento econômico [...] o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente insere-se nesse tipo de iniciativa e apresenta-se como uma das mais importantes formas de organização do período. (NICODEMOS, 2020, p. 177).

Foi nessa luta por direitos sociais voltados para as crianças e adolescentes, na década de 1980, quando surgiu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), com a proposta de

propor um atendimento às crianças e adolescentes de forma diferenciada, no sentido de promover o empoderamento dos jovens moradores de rua para que percebessem que a realidade em que estavam inseridos não era natural, mas sim fruto de um sistema que a produz. (SOUZA 2016, p. 1).

Assim, educadores(as) e pessoas da sociedade civil tiveram uma aproximação com essa população e trabalharam junto a elas, construindo uma outra perspectiva e compreensão de direitos.

Uma outra parcela da população também passou por esta luta. Após inúmeras pessoas em situação de rua na região central de São Paulo sofrerem vários ataques violentos e seis delas virem a óbito, fato esse conhecido como o “Massacre da Sé”, ocorrido no ano de 2004 (BALERA, 2002, p. 1), e o agravamento da questão social, várias instituições voltaram os olhos para essa população e começaram a reconhecer e respeitar a presença dos mesmos em espaços públicos e assim passaram a serem vistos, por uma parte da sociedade, como cidadãos, e portanto, sujeitos de direitos.

No ano de 2005, em Brasília, foi promovido o I Encontro Nacional de PSR, através da Secretaria Nacional de Assistência Social, com a presença de “representantes de vários municípios, fóruns e entidades da população em situação de rua e organizações não-governamentais, [...] com o objetivo de conhecer os desafios e definir estratégias na construção de políticas públicas para as pessoas em situação de rua.” (BRASIL, 2011, p. 16)

A partir das demandas desse encontro, foi aprovada a Lei nº 11.258 de 2005, da qual faz alterações no artigo nº 23 da LOAS, onde trata a criação de programas específicos para a PSR. (BRASIL, 2011, p. 17)

No mesmo ano tivemos o lançamento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e após alguns anos o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, assegurando do ponto de vista legal, o acesso a direitos e integralidade das políticas públicas.

Segundo a PNPSR, cabe à política de Assistência Social o desenvolvimento de serviços, programas e projetos para:

- Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- Criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- Adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários;
- Implementar Centros de Referência Especializado para Atendimento da População em Situação de Rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social. (BRASIL, 2011, p. 35).

A partir dessa política coube a implementação dos Centros Pop, serviço esse que deve obrigatoriamente prestar um atendimento especializado para a PSR. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Centro Pop se caracteriza por ser um serviço de proteção social especial de média complexidade, ofertado a pessoas que utilizam a rua como espaço de sobrevivência e/ou moradia, garantindo um atendimento técnico, orientações, encaminhamentos a outros serviços que possam garantir os seus direitos. O espaço deve garantir atendimentos e atividades para o fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares. “Os Centros pop são espaços de convívio e desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito, especializados para pessoas em situação de rua, de modo a estimular a autonomia e participação social.” (HAMADA *et al.* 2018, p.463)

O Caderno de Orientações Técnicas do Centro Pop, foi elaborado com o intuito de orientar e qualificar o serviço em todo território nacional (BRASIL, 2011, p.3).

Em um dos capítulos do livrete, é tratado sobre os recursos humanos, e que o local tem que possuir profissionais de nível superior ou médio para realização e desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades. Em muitos serviços, essas atividades são exercidas geralmente por educadores sociais.

No Centro Pop de Florianópolis, até início do ano de 2018, muitas das funções exercidas pelos(as) educadores(as) sociais, conforme a resolução nº 9 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), eram de cuidadores(as) sociais. Os dois cargos têm suas funções entrelaçadas, e assim, por vezes, se tem a confusão no momento em que a gestão propõe a sua execução (BRASIL, 2014, p.3).

A exemplo temos as seguintes funções: para o(a) cuidador(a) social é o de “desenvolver atividades de cuidados básicos para vida e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas”; para o(a) educador(a) social seria “desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias

em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família”.

Além das funções trocadas ou confusas entre diferentes agentes, também identificaram-se atividades distintas para o(a) educador(a) social, isto é, muitos trabalhos de atividades socioeducativas, como peças de teatro, festa de final de ano, show de talentos, foram planejados e organizados pelos(as) educadores(as) sociais, mas não podemos esquecer de tarefas como lavagem de toalhas, monitoramento das refeições, cuidar de armários de guarda de pertences eram executados pelos(as) educadores(as) sociais desse mesmo espaço.

No ano de 2013 realizei o concurso para educadora social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, mesmo não sabendo muito bem como era a profissão, imaginando que o trabalho a ser realizado era com crianças em seu contraturno escolar. Nessa época trabalhava como monitora da zona azul, porém estava decidida que não queria mais me submeter a entrevistas e processos seletivos, que por muitas vezes foram humilhantes. Em janeiro de 2015 fui convocada e nomeada.

Meu primeiro contato com a profissão foi na casa de acolhimento masculina da qual fiquei por seis meses, porém na época queria voltar para o curso de nutrição, este que parei na sua última fase e não concluí devido a problemas pessoais, decidi pela transferência para o Centro Pop, pois a jornada de trabalho não seria mais em escala de plantão 12x36 horas e sim de seis horas diárias somente nos dias úteis.

Porém, foi no Centro Pop que fui estimulada a ingressar no curso de Serviço Social na UFSC, e após treze anos da conclusão do ensino médio, prestei o vestibular e fui aprovada, e o que mais me deixou surpresa e feliz foi que obtive aprovação na UFSC, UDESC e também pela nota do Enem. Em 2019 tive uma experiência na abordagem social, ficando por um período de um ano e retornando para o Centro Pop.

Ao iniciar a disciplina de TCC I, decidi falar sobre a população de rua, pois seria sobre o público que eu trabalho, e teria mais “facilidade” para falar, tema completamente diferente do que escrevi no projeto de pesquisa do qual era sobre assistentes sociais negros(as) e suas lutas, porém no decorrer da escrita percebi que não conseguiria em tempo hábil abordar sobre o assunto.

Na primeira orientação de TCC, apresentei o tema do qual gostaria de trabalhar, fui instigada pelo orientador a falar sobre a minha experiência profissional. Neste momento tive um misto de sentimentos, ficando feliz por poder falar sobre o(a) educador(a) social, mostrar o que faz e a importância deste, mas também um pouco assustada por nem imaginar por onde começar e se conseguiria material para embasamento da pesquisa.

Com o passar dos anos pude observar de perto que muitas pessoas não sabem ou não entendem o que faz um educador social. Alguns pensam que se trata de ser um professor, principalmente devido ao termo educador e outros, se é um assistente social. No Centro Pop, os usuários entendem que esse profissional por estar ali fazendo o primeiro acolhimento se trata de uma recepcionista do serviço, enquanto outros pensam ser o profissional de Serviço Social.

No decorrer da realização deste trabalho pude ter conhecimento mais aprofundado sobre os projetos de lei como também da resolução nº 9 do CNAS, do qual detalha as funções de cuidador social e do educador social.

A partir da escrita, pude ter a dimensão de todo trabalho que nós educadoras sociais do Centro Pop, realizamos desde quando ingressei na profissão até hoje. No dia a dia não se percebe a magnitude do trabalho realizado, por ser uma função dinâmica e até mesmo por não ser feita uma avaliação por parte das educadoras sociais, e não somente uma avaliação do serviço no todo conforme realizado todo final de ano.

Assim como educadora social e futura assistente social, vejo a notabilidade de apresentar o trabalho dos(as) educadores(as) sociais do Centro Pop de Florianópolis e trazendo como objetivo a importância do(a) educador(a) social para o equipamento e também para a Política de Assistência Social do município.

Para a realização deste trabalho foi utilizado a pesquisa bibliográfica, principalmente pautada nas legislações da Política de Assistência Social e no caderno de orientações do Centro Pop.

No capítulo inicial será exposto um breve histórico da assistência social no Brasil, quem é a PSR e sobre o Centro Pop. No próximo capítulo o enfoque será sobre o(a) educador(a) social, seu surgimento trabalhando com a PSR, regulamentação e funções exercidas. E por fim a atuação desse profissional junto ao

Centro Pop de Florianópolis, a sua importância para o equipamento e uma análise crítica do trabalho do educador social.

2 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Visando compreender o atendimento sobre a População em Situação de Rua (PSR), neste primeiro capítulo, será feita uma explanação de como funciona o serviço voltado a essa população, como também, esse serviço no município de Florianópolis.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O Brasil foi o país que mais teve pessoas escravizadas, indígenas e negros africanos, como também foi o último a “abolir” formalmente o trabalho escravo negro na América Latina (PEREIRA, 2015, p. 102).

Essa abolição ocorreu sem nenhuma preocupação com essa população, mesmo que na época grande parte deles já eram pessoas livres ou libertas, os que ainda eram trabalhadores escravos se viram do dia para a noite sem um local de moradia, emprego, estudos e alimentação, enquanto o próprio país incentivava a vinda de europeus com financiamento do deslocamento entre os continentes, a doação de terra para execução de seu trabalho e um incentivo monetário. Essa população agora “liberta” começou a migrar para os morros das cidades, único local ao qual via oportunidade de moradia.

Segundo Moura (2021, p. 30)

O negro desde que conseguiu livrar-se do cativo vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, limpo, culto, que pauta seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar [...] devemos incluir como fator de sua marginalização os diversos atos que foram tomados após a abolição em favor do imigrante estrangeiro [...] sem uma política de absorção do ex-escravo na nova economia, a abolição se tornaria uma “ironia atroz”.

O padrão que se exigia dos estrangeiros, para receber subsídios, no caso o estrangeiro ideal, seria o agricultor branco e que vinha com a sua família.

Os imigrantes não seguiam, essencialmente, o padrão daqueles que foram para a América do Norte em décadas anteriores, tendo, muitas vezes, suas passagens pagas pelo Governo ou por outros interessados, como os proprietários de terras, do país que o receberia. (CARREGA, 2019, p.158).

Os problemas sociais, tais como o desemprego, falta de moradia, alimentação, saúde, só se agravam, com isso o assistencialismo representado pela caridade, benemerência e amor ao próximo, através dos indivíduos e da Igreja Católica, tornando-se presente na vida das pessoas e famílias em vulnerabilidade social. Neste momento não se estava pensando na prevenção da causa e sim a situação do momento, o que tornava o cidadão sempre em dependência daquele serviço.

A partir da mudança para um sistema capitalista no país, a questão social torna-se o centro das discussões e contradições, dando assim início à assistência social no Brasil. Agora, com o mercado de trabalho dominado pelo capital, a sobrevivência do trabalhador está diretamente ligada à venda da sua força de trabalho e à exploração de sua mão de obra (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.134).

A nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbanos-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, de solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam sem conjunto, base para construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa [...] A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.135).

Entre os anos de 1920 e 1930, tivemos acontecimentos que mesmo ocorrendo fora do país, repercutiram negativamente na esfera econômica do Brasil, com destaque para a crise de 1929, onde ocorreu uma forte recessão econômica, e a classe operária, mais uma vez, ficou à mercê da sociedade. “Desde 1930, se origina o crescimento do proletariado urbano que lança no quadro político amplo contingente de população” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.229) e o Estado busca várias formas de incentivar a indústria básica.

Com a carta constitucional de 1934, o Estado passa a amparar as pessoas carentes como também destina rendas tributáveis à infância e também à maternidade.

Em 1938 a relação entre Estado e algumas camadas da elite, estreitam relações e o serviço da assistência social passa a ser de responsabilidade do Estado e não mais caridade, surgindo assim o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), sendo, “a primeira forma de presença de um organismo estatal próximo ao

campo de assistência social no Estado brasileiro, ainda que, com um caráter subsidiário de subvenção às entidades sociais.” (BOSCARI; SILVA, 2015, p.110).

No governo Vargas, já no ano de 1942, ocorreu a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) com o objetivo principal de “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.265).

A LBA buscou auxílio junto às Escolas de Serviço Social, ocorrendo, então, uma aproximação entre a LBA e o serviço social, pois nesse momento, a instituição LBA precisava se organizar tecnicamente, e o serviço social precisava se legitimar em profissão. Em 1969, a LBA é transformada em fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, e ali vai viver em paralelo com a secretaria de assistência social.(BOSCARI; SILVA, 2015, p.111).

Para o governo foi de grande valia, já que pode promover uma mobilização da opinião pública de apoio ao esforço de guerra, lançando assim, várias campanhas, como, por exemplo, para soldados convocados, o patrocínio de serviços de promoção e lazer.

Constituindo-se na primeira campanha assistencial de nível nacional, a Legião Brasileira de Assistência será de grande importância para a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.267).

No ano de 1942, temos o surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), “com incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.267).

Primeira grande instituição social gerida diretamente pela burguesia industrial como classe - procurar ver como o Serviço Social deve adequar-se à demanda social, que lhe é formulada e tentar cumprir o mandato que lhe é confiado. sobressai aí os elementos, a ação ideológica de ajustamento e a coordenação da utilização dos serviços assistenciais corporificados. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.273).

A criação da Fundação Leão XIII, visando atuar em favelas, no ano de 1946, é junção entre o Estado e a Igreja católica, que “procurará coordenar os serviços

assistenciais que possam ser prestados à população englobada em seu âmbito.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.299).

No ano de 1932 tem-se o surgimento do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), esse considerado uma manifestação original do serviço social no Brasil.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.178). O mesmo tinha como finalidade tornar mais efetiva as obras e iniciativas promovidas pela filantropia das classes abastadas de São Paulo sob o patrocínio da igreja católica.

O objetivo central do CEAS será o de promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento e aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.179).

As atividades no CEAS eram voltadas a formação técnica especializada no âmbito da ação social e difusão da doutrina social da Igreja. Cursos como legislação do trabalho, moral, filosofia e enfermagem de emergência foram promovidos pela instituição. Com isso, no ano de 1936, “a partir dos esforços desenvolvidos por esse grupo e o apoio à hierarquia, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira desse gênero a existir no Brasil.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.184).

2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com a promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988, a população teve, a partir desse momento, vários direitos garantidos por lei, das quais já se tinha uma luta por anos.

Em seu artigo 6º do capítulo II, que trata sobre os direitos sociais, fala que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” (BRASIL, 2018, p. 18).

Nesta mesma carta política, em seu artigo nº 203 e 204, trata sobre a assistência social, do qual essa será executada para quem dela necessitar, sendo seus objetivos:

- I- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- A habilitação e a rentabilidade das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. (BRASIL, 2018, p. 126)

Já no artigo nº 204, trata sobre as ações governamentais, sobre recursos, a participação popular e a descentralização política administrativa.

A LOAS (8.742/93), traz que a assistência social é um direito do cidadão, de garantia de atendimento de necessidades básicas, sendo uma política de seguridade social não contributiva. Seus objetivos resumem-se em proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.

A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema de bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social. (BRASIL, 2005, p. 31).

Assim, a mesma caracteriza-se como uma política de proteção social, com condições dignas de vida e políticas voltadas à garantia de direitos. Cabe destacar que a “proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. “(BRASIL, 2005, p. 31).

A PNAS, instituída pela resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004, tem seus princípios democráticos conforme a LOAS, sendo o da supremacia do atendimento, universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade do cidadão, igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

Seu objetivo vem ao encontro de:

prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2005, p. 33).

O público-alvo são indivíduos e/ou famílias em situação de risco, ou vulnerabilidade.

A PNAS possui como princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação destinatário assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2005, p. 32).

Os serviços da assistência social são divididos em proteção social básica e proteção social especial, essa compreendida em média e alta complexidade.

Proteção social básica: conjunto de serviços, programas e projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (BRASIL, 1993, p.13)

No ano de 2005 tem-se a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que visa:

- I - Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva e garantem os direitos dos usuários;
- II - Estabelecer as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- III - Definir os níveis de gestão, de acordo com estágios de organização da gestão e ofertas de serviços pactuados nacionalmente;
- IV - Orientar-se pelo princípio da unidade e regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades quanto à oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social;
- V - Respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais;
- VI - Reconhecer as especificidades, iniquidades e desigualdades regionais e municipais no planejamento e execução das ações;
- VII - Assegurar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social;
- VIII - Integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS, de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;
- IX - Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- X - Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;

XI - Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos como funções da política de assistência social, vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, 2012, p. 16)

Esse sistema é

resultado de deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003 e expressa a materialização dos princípios e diretrizes dessa importante política social que coloca em prática os preceitos da constituição de 1988, regulamentadas na lei orgânica de assistência social, de 1993. (BRASIL, 2009, p. 8).

Sistema esse planejado e executado por todas as esferas do governo, em parceria com a sociedade civil, “representa uma nova forma de organizar e gerir a assistência social brasileira.” (BRASIL, 2009, p. 9). O mesmo é descentralizado e participativo. Sua função é a gestão de conteúdo específico de assistência social no campo da proteção social.

2.3 QUEM É A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Muitas vezes ao andarmos pelas ruas, vemos pessoas pelas praças, calçadas, marquises, e, logo sabemos que a pessoa ali presente naquele momento faz das ruas a sua moradia, o seu trabalho, a sua vida. A estigmatização presente na sociedade, faz esses mesmos sujeitos serem vistos como vagabundos, cracudos, loucos, perigosos e sujos. O que não é levado em consideração, são as histórias de vida desses indivíduos, desemprego, perda de vínculos familiares, fragilidade de sua saúde mental, violência, entre outros.

Considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua [...]. Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação [...]. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. [...].O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que o reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num continuum, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas. (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 194).

A PSR é considerada um grupo heterogêneo, com as mais variadas demandas e circunstâncias que o levaram àquela situação. Segundo o Decreto nº 7.053/09, em seu art. 1º,

considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p.1)

Com a pandemia do covid-19, ocorreu um agravamento no número de PSR em todo o país. Núcleos completos de famílias, inclusive com crianças, acabam tendo como alternativa de moradia os espaços públicos e rua. Um dos fatores que levaram a essas pessoas a tal situação foram a perda de empregos, as terceirizações, precarizações e subcontratos, devido à política de isolamento adotada para a não disseminação da doença. Não podemos deixar de destacar o aumento da informalidade como alternativa de renda familiar, trabalho esse sem garantias trabalhistas.

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que entre 2019 e 2022, a população em situação de rua chegou a 281.472 pessoas, um crescimento de 38% (MONTFERRE, 2022). Esse mesmo estudo lembra que por mais que esteja prevista na PNPSR uma contagem oficial, o país não possui dados oficiais sobre essa população. Esses dados são geralmente baseados por informações repassadas pelas gestões municipais e/ou a base de dados do Cadastro Único (CadÚnico) esse sendo um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. “O Cadastro é obrigatoriamente utilizado para seleção de diversos outros programas, projetos, serviços e benefícios sociais.” (BRASIL, 2022).

De acordo com estudos realizados no ano de 2021 pelo portal desacato, existiam em Florianópolis em média de 1.300 pessoas utilizando as ruas como espaço de moradia, porém como esse dado foi retirado com base nas pessoas cadastradas no sistema do cadÚnico, o número de pessoas pode ser ainda maior, pois alguns podem optar de não usar algum tipo de serviço da assistência social do município (DESACATO, 2022).

No mês de maio do corrente ano, ocorreu uma palestra na Defensoria Pública do Estado, localizado no centro de Florianópolis, na qual foram apresentados pelo Prof. Dr. André Luiz Freitas Dias, da Universidade Federal de Minas Gerais, números atualizados da população em situação de rua contabilizados até abril de 2023. No Brasil existem em média 209.527 pessoas nessa situação, destes 68% se declaram negras, 31% brancas e 1% amarelas ou indígenas. Quanto ao sexo, 87% masculino e 13% feminina. Em Santa Catarina temos um total 8.200 pessoas, divididas em 90% masculina e 10% feminina, 37% negros, 62% brancas e 1% amarelas ou indígenas. Por fim, os dados referentes a Florianópolis, do qual a média de pessoas em situação de rua chega ao número de 2.043 pessoas, destas, 86% masculina e 14% feminina. Quanto a raça, 41% negros, 58% brancas e 1% amarela ou indígena.

Acompanhando o trabalho no Centro Pop de Florianópolis, o aumento de famílias com crianças foi expressivamente maior nos anos de 2022 e início de 2023. Essas famílias são migrantes de várias regiões do Brasil, muitas também de países da América do Sul.

Infelizmente o município não possui um serviço de acolhimento do qual abrigam famílias inteiras. Atualmente essas famílias ficam em hospedagem provisória em uma rede hoteleira do município. Esse convênio foi firmado inicialmente para abrigar usuários com suspeita ou diagnóstico de covid-19, e no decorrer do tempo se tornou uma alternativa para essas famílias não ficarem em situação de rua. Cabe destacar que a situação piorou com o impedimento de realizar encaminhamentos das mães com seus filhos para a casa de acolhimento de mulheres, essa ficando exclusivamente para mulheres vítimas de violência que precisam ser retiradas de sua residência.

2.4 CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO CENTRO POP NA POLÍTICA NACIONAL

O Centro Pop é um equipamento da proteção social especial de média complexidade, que visa atender indivíduos e famílias (adultos), das quais se encontram em situação de rua. Este serviço está previsto no decreto nº 7.053/09 e

na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo de natureza pública e estatal. (BRASIL, 2011, p.41)

Segundo decreto citado anteriormente, caracterizam-se pessoas em situação de rua, um grupo heterogêneo que possuem a pobreza extrema em comum, a inexistência de moradia convencional, utilizando os espaços públicos e/ou áreas degradadas de forma definitiva ou temporária como moradia e/ou sustento, com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

Essa mesma população é aquela que

privada de condições básicas para viver com certa dignidade (trabalho, saúde, educação, lazer, saneamento básico, etc.), encontra-se em um quadro de humilhação social também vivido e compartilhado, muitas vezes, pelo educador ao se deparar com a falta de condições físicas e materiais para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo.(SILVA, 2009, p. 481).

Conforme a Norma Operacional Básica de Recursos humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) de 2006, este espaço oferece um serviço técnico, encaminhamentos para outros serviços, orientações, um trabalho em relação à autonomia dos indivíduos e inserção social.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tem como objetivos:

- Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária. (BRASIL, 2013, p. 40).

E como segurança de acolhida:

- Ser acolhido nos serviços em condições de dignidade;
- Ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violências e abusos;
- Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas;
- Ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados. (BRASIL, 2013, p. 40).

Seu funcionamento deverá ser no mínimo cinco dias por semana (dias úteis), durante oito horas diárias, com equipe profissional essencial para funcionamento. A localização do espaço será sempre em locais onde ocorrem a maior concentração e circulação desse público e de fácil acesso. Este local pode ser levantado através do diagnóstico socioterritorial, mesmo sabendo-se que geralmente a maior

concentração desse público seja nas regiões centrais das cidades. Dependendo do número de usuários, poderá ser aberto mais de um Centro Pop nos municípios.

A forma de acesso ao serviço pode ser por demanda espontânea, da qual o próprio usuário vai até o serviço, através do serviço de abordagem social que atende demandas vindas dos cidadãos a respeito de algum usuário que não esteja na região central e/ou serviços da rede que ligam para o serviço e agendam um atendimento, pode ser através do consultório na rua, hospital, entre outros.

O Centro Pop deve ser implantado em local de fácil acesso, com maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua. Geralmente essa população tende a se concentrar nas regiões centrais da cidade, sendo indicada, nestes casos, a implantação das unidades nesta área. Nas metrópoles, e até mesmo em municípios de grande porte, o diagnóstico socioterritorial poderá apontar outras áreas de maior concentração e trânsito das pessoas. [...] deve ser avaliada a necessidade de implantação de mais de um Centro Pop no município e a definição sobre a melhor localização, para além da região central. (BRASIL, 2011, p. 43).

O espaço físico (esse que deverá ser exclusivo), deve assegurar ao usuário, local com infraestrutura adequada, assim recomenda-se que não seja em espaço improvisado. O local deve contar com espaços com acessibilidade para pessoas com deficiência, salas com isolamento acústico para assegurar o sigilo nos atendimentos individuais e/ou familiares, sala de atividades em grupo, copa/cozinha, refeitório, guarda de pertences com armários individualizados, lavanderia e salas para as equipes. (BRASIL, 2011, p.49)

É importante que, além de comportar os serviços ofertados, o espaço físico da unidade represente para os usuários um espaço público de bem-estar, cooperação, construção de vínculos e concretização de direitos, ou seja, um lugar de referência para o exercício da cidadania e o fortalecimento do protagonismo por parte da população em situação de rua. (BRASIL, 2011, p.49).

Com relação aos recursos humanos, o recomendado como equipe de referência para um acompanhamento mensal de 80 casos (famílias ou indivíduos) são:

Quadro 1: RECURSOS HUMANOS

<p>Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua</p>	<p>Capacidade de atendimento 80 casos (famílias ou indivíduos/mês)</p>
--	---

01 Coordenador (a)
02 Assistentes Sociais
02 Psicólogos (a)
01 Técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional
04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertado pelo Centro Pop), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades
02 Auxiliares Administrativos

Fonte: BRASIL (2011, p. 53)

2.5 CENTRO POP NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Conforme o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), documento este elaborado pelos(as) profissionais do Centro Pop de Florianópolis visa orientar e instrumentalizar profissionais e a gestão atuante ou que possam atuar, como alinhar os processos de trabalho, linguagens e condutas profissionais. O atendimento a PSR no município de Florianópolis iniciou-se no ano de 1973, com o atendimento de abordagem, com a parceria da polícia militar e polícia civil que recebia denúncias e por meio de rondas diárias, da qual, eram realizados os serviços de solicitação de documentos, orientações gerais, acompanhamentos a outros serviços, encaminhamentos ao albergue, reintegração com a família e passagens rodoviárias para a cidade de origem.

Conforme esse mesmo PPPI, o Centro Pop de Florianópolis tem como missão:

ser um espaço de referência para convivência social e comunitária, oportunizando o desenvolvimento de sociabilidades, a segurança de convívio; promovendo o acesso a direitos, a construção de novos projetos de vida e vínculos sociais, criando condições de aquisição de autonomia, com o objetivo de consolidar a política para pessoas em situação de rua. (FLORIANÓPOLIS, 2015, p. 8).

No ano de 1993, em parceria realizada entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Assistência Metropolitana de Voluntários (AFLOV), ocorreu o aumento da equipe nesse serviço citado anteriormente, fornecimento de recursos materiais, encaminhamentos para comunidades terapêuticas, entre outros.

Após quatro anos, no ano de 1997, houve o início do programa de Abordagem de Rua, em que num primeiro momento aborda somente crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social.

Em 2003 foi implementado o Núcleo de Apoio às Famílias (NAF), denominado de NAF Rodoviário, o mesmo servia como um suporte para o serviço de Abordagem de Rua. Seu surgimento se deu após pesquisa realizada pela equipe de Abordagem de Rua, que constatou que grande parte da PSR eram de outras localidades e não de Florianópolis. O objetivo do serviço era o de “recambiar usuários em situação de rua para suas cidades de origem e/ou a reintegração familiar”. (FLORIANÓPOLIS, 2005, p.1)

O NAF é um projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude, e tem como objetivo geral desenvolver ações que vise o acolhimento às famílias e pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade social, que através de uma equipe multiprofissional busca o acolhimento, a orientação e a mobilização, para a resolução de situações apresentadas por famílias e pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis. (NUNES, 2013, p. 26).

Foi somente no ano de 2010 que ocorreu a implantação do Centro Pop no município de Florianópolis, com isso, em 2012 o NAF rodoviário foi transferido para o Centro Pop.

Neste primeiro momento o serviço para PSR passou a funcionar anexa à Passarela do Samba “Nego Quirido”, na Avenida Gustavo Richard, s/n – centro, espaço este cedido pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte. Seu funcionamento ocorria de segunda a sexta-feira, com atendimentos técnicos. A equipe era composta por Coordenador, Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores(as) Sociais, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais, Copeira, Vigilantes, Guarda Municipal e Motorista.

Seu horário de funcionamento era das 8 h às 17 h, com expediente interno até as 18 h, de segunda a sexta-feira. No início do Centro Pop o número de alimentações era menor, porém não se tem em arquivo a quantidade precisa, após alguns anos o espaço passou a ofertar 120 cafés da manhã e 110 almoços, número

inferior da média de atendimentos diários que chegava em torno de 150 usuários/dia, onde acabava acarretando um descontentamento nos frequentadores do espaço, por não suprir uma necessidade básica que seria a alimentação. O serviço contava com espaço para higiene pessoal, guarda de pertences (esse com um número limitado de armários), espaço de lavanderia, oficinas, sala de convivência com televisão e dois computadores com acesso à internet, inclusão no cadÚnico, uso do telefone.

Foi nesta organização e período que além do atendimento com a equipe técnica (assistente social e psicólogo), os usuários têm junto aos educadores(as) sociais os serviços de confecção de currículos, encaminhamento a diversos serviços, emissão de comprovante de endereço, entre outros. Toda a metodologia destes atendimentos/encaminhamentos era elaborada por toda equipe, e determinadas atividades exercidas somente de caráter do(a) educador(a) social, o mesmo que planejava toda a organização de metodologia e atendimento. A equipe de educadores(as) sociais sempre teve como objetivo o trabalho da autonomia do usuário, com isso estimulando-o a muitas vezes fazer o seu próprio movimento através das orientações que eram passadas no balcão.

Nesse espaço ocorriam formações continuadas, sempre pensada em equipe e organizada pela coordenação daquele momento, essas capacitações eram voltadas aos benefícios socioassistenciais, política de assistência social, público atendido, saúde mental desta população, como outros voltados ao aperfeiçoamento do servidor(a).

Neste mesmo período ocorreram supervisões técnicas, mediante um psicólogo que também era servidor municipal, nos encontros eram levados estudos de casos para serem debatidos e assim ter outra visão sobre o caso específico. Muitas vezes esses momentos ocorriam “desabafos” de toda equipe em relação à precarização do serviço e em conjunto pensavam-se alternativas.

Esta expansão dos serviços se deve ao governo Lula que no período de 2003 a 2011, com o modelo econômico adotado, favoreceu a distribuição de renda entre a população mais vulnerabilizada, assim programas sociais foram expandidos, atendendo e retirando cidadãos da linha da pobreza. Após 2015, com o golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff, os cortes de recursos para as políticas sociais e, principalmente sobre a assistência social acabou ocasionando o chamado **desmonte**

que estamos presenciando. “A falta de comprometimento do governo federal com a política de assistência social prejudica a manutenção dos serviços e ações do SUAS, e conseqüentemente, o público alvo dessa política, que é a população de baixa renda.” (FORTE; ARAÚJO; SOUSA, 2019, p. 8858).

O local também serviu de base de apoio para a equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social que atendia de segunda a sexta-feira, com plantões aos sábados. O serviço atendia aqueles que não conseguiam se deslocar até o Centro Pop. A equipe era composta por assistente social, psicóloga, educadores(as) sociais e motorista.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), a abordagem social deve ser ofertada de forma contínua e programada, buscando a resolução de necessidades imediatas e garantia de direitos.

O serviço tem como objetivos:

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; promover ações para a reinserção familiar e comunitária. (BRASIL, 2014, p. 28).

Infelizmente, no início do ano de 2021, o serviço foi extinto por falta de profissionais e a gestão do momento acreditava ser inviável o chamamento de novos profissionais mediante concurso público, acarretando também na folha de pagamento.

Pouco tempo depois, ainda em 2021, foi criado o serviço do Resgate Social, serviço esse de convênio com a Prefeitura Municipal, que possui turno ininterrupto, com equipe de educadores sociais, assistente social, psicólogo, enfermeiro e motorista, que passaram a atender a demanda que antes era da abordagem social. Destaca-se que alguns serviços passaram a ser ofertados a população por organizações sociais, através de prestação de serviços, ocasionando cada vez mais o desmonte do serviço público.

No ano de 2018, ocorreu a mudança física do Centro Pop, encontrando-se em outra localidade do centro da cidade, passando a ter um serviço voltado mais para área técnica. A oferta de alimentação, banho e agora com pernoite, continuou

sendo na Passarela do Samba “Nego Quirido”. A equipe de funcionários conta com coordenadora, Assistentes Sociais, Psicólogas, Educadores(as) Sociais, Auxiliar Administrativo, Motorista, Auxiliar de Serviços Gerais e Vigilante, o número de funcionários encontra-se em menor número comparado com a antiga equipe.

Entre os serviços ofertados conta com acolhida, atendimento com a equipe técnica (que pode ser desmembrada em passagens rodoviárias, encaminhamento para casa de acolhimento ou albergue noturno, benefício de prestação continuada, acompanhamentos, entre outros), oficinas, cadÚnico, uso do telefone, elaboração de currículos, solicitação de certidão de nascimento, guarda de documentos, encaminhamentos em gerais, entre outros.

Referente aos recursos humanos é algo que sempre está em discussão devido à interpretação de acompanhamentos de 80 casos, famílias ou indivíduos/mês. Muitos atendimentos são pontuais, não precisando de um acompanhamento, com isso a gestão não entende que se faz muito mais atendimentos e não acaba se contabilizando no atendimento, e com isso o espaço necessitaria de mais funcionários para suprir a demanda reprimida que existe para atendimentos. O serviço hoje carece de 1 psicóloga e 2 educadores(as) sociais, porém com o número crescente de novos usuários, logo precisará ser aumentada.

O atendimento realizado no Centro Pop vem ao encontro do que preconiza as orientações que

tem como finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua. (BRASIL, 2011, p.67).

3 PROFISSÃO, EDUCADOR(A) SOCIAL

Como foi caracterizado, dentre o quadro de recursos humanos existentes no Centro Pop, existe o(a) educador(a) social, é sobre este que vamos nos dedicar a seguir.

Profissão considerada nova, o(a) educador(a) social deixa de ser um profissional somente voluntário e começa a ganhar condição de função no serviço e emprego.

Importante destacar a diferença entre profissão e função, ambos esses tratados posteriormente. A profissão se caracteriza como o trabalho habitual de uma pessoa, através do qual ela consegue meios necessários à sua sobrevivência; já a função ou atribuição, para efeito da resolução nº 9/2014 do CNAS, é o conjunto de atividades ou tarefas que são executadas de forma sistemática pelo trabalhador de determinada ocupação.

No presente capítulo será exposto uma breve apresentação do surgimento da profissão voltada a população de rua e sua regulamentação.

3.1 ASSIM COMEÇA A PROFISSÃO DE EDUCADOR(A) SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A profissão Educador(a) Social de Rua, tem sua origem no final dos anos 70. Ao ocorrer o golpe militar de 1964, houve uma queda na economia brasileira; num primeiro momento a visão foi de um “milagre”, porém, o que se mostrou foi o acúmulo de capital (crescente concentração de renda) nas mãos de poucos e um empobrecimento na maior parte da população, assim ocorrendo o agravamento das questões sociais.

Esse panorama, já visível nos anos 70, só foi constatado publicamente nos anos 80, quando a queda da ditadura permitiu melhor divulgação e avaliação. Em 1987, o salário mínimo atingia seu menor valor até então [...] cerca de 50% da população retinha 13,6% da riqueza nacional, e 13,13% dela encontrava-se com 1% dos brasileiros mais ricos. (OLIVEIRA, 2007, p.137).

Nesse período o número de trabalhadores infantis cresceu, e notava-se a degradação de mais um fator social. Na luta pelo combate à marginalidade das classes populares, com situações de fragilidades, sem ter seus direitos básicos reconhecidos, é que o(a) educador(a) social surge, a partir da educação popular. (LUCCA *et al.*, 2018, p. 47)

Ao final dos anos 70, profissionais de áreas sociais, estudantes, monitores, intelectuais, entre outros, já cansados da atual situação de agravamento social e também com a “bandeira” de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, vão para ruas, mais precisamente no centro de São Paulo e na Praça da Sé, encontrar com esses jovens. O grupo recebe apoio político da Igreja Católica. Assim, esse grupo foi denominado de educadores de rua. (OLIVEIRA, 2007, p. 142)

A educação fora do contexto escolar, no Brasil, surge de forma mais sistematizada, com uma perspectiva emancipatória, fortemente marcada pelo humanismo cristão, dirigida, inicialmente, as crianças e adolescentes em situação de rua e trabalhando com o conteúdo dos direitos humanos, o direito de ser sujeito de direito em um país marcado pela desigualdade social. (BRAVIN; PAIVA; PINEL, 2020, p. 15).

Foi somente entre os anos de 1980 e 1990 que o(a) educador(a) social passou a ter visibilidade social. A abertura política foi possibilitando a propagação de problemas históricos como o de crianças em situação de rua (PEREIRA, 2016, p. 1296). Nesse período ocorreu o 1º Seminário Latino Americano sobre alternativas comunitárias para Meninos de Rua, em Brasília, no ano de 1984. O evento tratou sobre a educação corretiva e repressiva, passando a defender outra concepção de assistência e educação. A partir desse congresso que o termo educador(a) social ganhou condição de profissão junto a organizações governamentais e não governamentais. (PEREIRA, 2016, p. 1301)

A educação social de rua surge da resistência. Esses(as) educadores(as) em sua maioria vinham da militância e a sua formação se fazia em meio a movimentos sociais, no cotidiano e na luta. Essa formação era crítica e política, essencial para o seu fazer profissional. Como referencial teórico, a participação de Paulo Freire, principalmente com as obras *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da autonomia*, foram fundamentais para formação política e metodológica (formações e organizações) desse grupo. (BRAVIN; PAIVA; PINEL, 2020, p. 16)

É inegável a influência de Paulo Freire e sua obra, pois fez com que esse movimento também fosse chamado por alguns de educação popular de rua, e mais tarde, educação social de rua, e os profissionais foram denominados educadores sociais. [...] A educação popular era um importante exemplo para educação de rua que criava suas metodologias com base nas teorias freirianas, no sentido de informar, formar e organizar as crianças e adolescentes em situação de rua para que pudessem aprender a debater sobre sua condição de oprimidos. (BRAVIN; PAIVA; PINEL, 2020, p. 15 e 16).

A partir dos anos 2000, são formadas as principais associações de educadores sociais no Brasil, sendo a primeira no Ceará no ano de 2004. Sucessivamente vieram a de São Paulo e Bahia. Essas associações tinham como objetivo “legitimar as ações de trabalho desse profissional.” (PEREIRA, 2016, p.1301).

3.2 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Mesmo a atividade de Educador(a) Social ser do século anterior, foi somente no ano de 2005 que a mesma foi reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do código da família nº 5153. Em sua descrição sumária cita que: “Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco pessoal e social. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamentos.”(BRASIL, 2005).

No mesmo documento é abordado também a formação e experiência necessária, assim como, as condições gerais de serviço que vão desde os horários de funcionamento ao grau de complexidade dos usuários dos serviços.

Em 2009, através do Projeto de Lei (PL) nº 5346-C, fica instituída a profissão de Educador(a) Social. No documento ficam estabelecidos os locais de atuação do profissional, competência sendo dos órgãos gestores, assim como a escolaridade mínima, que é de ensino médio.

A justificativa, do qual consta no PL, fala que profissão é algo que já vem de anos, com destaque para a atuação educativa fora dos espaços escolares. Nos anos de 1950 ocorreu a criação de uma associação voltada a promover a união, formação e consolidação da profissão de Educadores(as) Sociais de todos os países. Ao

longo dos anos ocorreram vários congressos com objetivo de pôr em prática as pautas das quais foram a base para criação da associação.

Foi somente em 2005 com o XVI Congresso Internacional dos(as) Educadores(as) Sociais na cidade de Montevideu/ Uruguai, organizado pela Associação Internacional de Educadores(as) Sociais, onde esta visa promover a união destes profissionais em todo o país e assim contribuir com a sua formação, consolidação desta profissão e na efetiva elaboração de suas competências. O evento contou com vários profissionais importantes da área e de vários países, nele foram apresentados trabalhos e pesquisas desenvolvidas na temática. Este congresso contou com a participação de vários Educadores(as) sociais brasileiros, neste dia foi elaborado um documento, conhecido como a Declaração de Montevideu, do qual os mesmos reafirmam a existência da profissão, e solicitam a garantia de exercício dos direitos, sendo que o trabalho os exigia um compromisso com seus níveis éticos, políticos, científicos e com isso seria indispensável a consolidação da profissão. No referido documento, os profissionais reafirmam seu compromisso com os Direitos Humanos, democracia e justiça social.

Os Educadores e Educadoras Sociais possuem indubitável relevância no cenário profissional brasileiro e têm sido os parceiros mais importantes de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, sociólogos e advogados, dentre outros profissionais, que atuam no processo de enfrentamento a dívida social que o País tem com sua população. No entanto, possuem características de atuação, necessidades de formação e organização próprias, e assim, buscam o fortalecimento de sua identidade profissional. (BRASIL, 2009, p.5)

No ano de 2015, temos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº328, regulamentando a profissão de Educador(a) Social, possuindo um "caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas." Nele também ficam estabelecidos os locais de atuação que podem ser dentro ou fora das escolas, estando em centros comunitários, sociais, programas e projetos educativos e em diversos âmbitos institucionais.

Na justificativa do PLS nº328 de 2015, também baseia-se no documento elaborado no congresso internacional de 2005, mas também cita o XVI congresso internacional de pesquisadores e profissionais da educação social e XIII Semana da Criança Cidadã de Maringá, ocorrido em 2015 no Paraná com o tema educação

social: valorização da infância, onde foram divulgadas as ações dos educadores sociais em vários países.

Outra justificativa, é o crescente número de homicídios de jovens negros, de baixa escolarização e baixa renda. “Este é o perfil das nossas vítimas, acreditamos que a Educadora ou o Educador Social seja o profissional capaz de mudar este cenário. Aliás, não fosse o trabalho invisível desses abnegados o número dessas vítimas poderia ser bem maior.” (BRASIL, 2015, p. 3)

O PLS nº 328/2015, foi aprovado em 10 de abril de 2019 pela comissão de assuntos sociais, com poucas modificações do seu texto original, com a escolaridade, que após virar lei, essa terá que ser de nível superior para aqueles que ingressarem na profissão. A mudança no público-alvo para “qualquer classe social, sexo, etnia, cultura, nacionalidade, entre outros”, faz parte também da nova versão do documento.

O projeto seguiu para a câmara dos deputados, agora como PL nº 2.941/2019 e segue em tramitação até a data da confecção deste trabalho.

3.2.1 Atribuições/funções do(a) Educador(a) Social

Conforme a resolução nº 9 de 2014 da CNAS, que reconhece as áreas de ocupação profissional do SUAS em acordo com a NOBRH/SUAS, pode-se ter claro as funções do(a) Educador(a) Social. Na tabela que será exposta a seguir, foram colocados lado a lado as atribuições da profissão de Cuidador(a) Social e Educador(a) Social. Apesar de ambos especificados em uma resolução, muitas funções ainda se misturam, e são confundidas no momento de sua execução em determinados locais de trabalho.

Quadro 2: FUNÇÕES DE CUIDADOR(A) E ORIENTADOR(A) OU EDUCADOR(A) SOCIAL.

Cuidador(a) Social	Orientador(a) Social ou Educador(a) Social
Desenvolver atividades de cuidados básicos para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e	Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que

coletivas;	contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família;
Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários;	Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re) construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;
Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora;	Assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;
Identificar as necessidades e demandas dos usuários;	Apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;
Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;	Atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;
Apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos;	Apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;
Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas;	Apoiar e participar no planejamento das ações;
Desenvolver atividades recreativas e lúdicas;	Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;
Potencializar a convivência familiar e comunitária;	Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;
Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;	Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade;
Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;	Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das unidades socioassistenciais;
Contribuir para melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência;	Apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações;
Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;	Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho;
Contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar;	Apoiar na elaboração de registro das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de

	Acompanhamento Individual e, ou, familiar;
Apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar;	Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;
Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxo de trabalho e resultado.	Apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados;
	Apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas;u
	Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxo de trabalho e resultado;
	Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
	Apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
	Informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acessos e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;
	Acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos;
	Apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

Fonte: BRASIL (2014).

Entre as tarefas descritas acima, podemos destacar o desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família. E também de organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade, devido à dinâmica que ocorre no equipamento atualmente.

A participação das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxo de trabalho e resultado é um ponto positivo do processo de trabalho e sempre esteve presente no equipamento.

4 EDUCADORES(AS) SOCIAIS NO CENTRO POP DE FLORIANÓPOLIS

Desde a abertura do serviço aos dias atuais, os(as) Educadores(as) Sociais, já exerceram as mais variadas atividades das quais se julgava pertinente como também aquelas que fazem parte da sua profissão.

Para maior compreensão destas atividades, será descrito o fluxo de atendimento diário do Centro Pop, antes e após o ano de 2018, onde ocorreu a mudança de espaço físico.

4.1 FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS(AS) EDUCADORES(AS) SOCIAIS

Até o final do ano de 2017, o usuário ao adentrar no serviço, era organizado em fila, e um por um passava com a Guarda Municipal e um(a) educador(a) social, nesse momento eles deixavam todos os materiais perfurocortantes que eram identificados com seu nome e guardados para serem entregues quando iam embora do serviço.

Após, eram encaminhados ao balcão de atendimento onde seu nome era inserido ao serviço do qual tinha interesse como o café da manhã, almoço, banho, ligação e/ou atendimento com a equipe técnica. Caso fosse a primeira vez no serviço era encaminhado para uma sala do qual ocorria o grupo de acolhimento, este sempre conduzido por um(a) educador(a) social e um profissional da equipe técnica, neste momento, eram apresentados os serviços oferecidos, horário de funcionamento e das refeições, regras do fluxo de atendimento, como também realizado o cadastro do serviço que continha informações de dados pessoais básicos.

Nos dois períodos da alimentação, às 9 h e às 12 h, o usuário era chamado pelo nome, na mesma sequência em que passava no momento da entrada no serviço, e um a um dirigiam-se ao refeitório, munidos de fichas que eram entregues aos Educadores(as) Sociais que se encontravam no refeitório.

Os profissionais que ficavam em sala, eram responsáveis pela guarda de documentos, lavagem de toalhas de banho disponibilizadas aos usuários para usar no serviço, separação de sabonete líquido e sabão em pó em potes pequenos para

serem ofertados aos usuários, separação de papel higiênico, cuidar às ligações, organização de correspondências, digitação de currículos, organização de mosquitinhos e participação em oficinas.

Serviços como declaração de endereço, encaminhamento ao centro de saúde, orientações sobre outros serviços, listagem para realização do cadÚnico, busca ativa no pátio, cuidar dos armários com pertences dos usuários, mural com oportunidades de empregos, eram também exercidos pelos(as) Educadores(as) Sociais. A partir de 2018, com a mudança do serviço de local, algumas atividades foram extintas, sendo assim, voltado mais para o atendimento técnico.

O usuário chegando ao serviço é dirigido a mesa de atendimento, onde está o(a) educador(a) social ao qual é realizado o primeiro acolhimento do usuário. Se for a sua primeira vez no espaço é realizado seu cadastro, agora de forma informatizada no Sistema de Acompanhamento da Família e do Indivíduo (SAFI), caso já possua, é aberto o cadastro em seu nome, pois o mesmo fornece além das informações de dados pessoais, como também o que já foi solicitado nos serviços da Assistência Social de Florianópolis.

Neste momento é verificada a demanda do usuário, caso seja Acolhimento Institucional, Passagem Rodoviária, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e/ou atendimento com a equipe técnica, o mesmo é agendado para o mesmo dia, podendo ser tanto no período da manhã quanto no período da tarde.

No atendimento realizado no balcão com os(as) educadores(as) sociais os usuários também podem solicitar comprovante de endereço, ligação, encaminhamento para o centro de saúde, certidões de nascimento, retirar correspondências, guarda de documentos, acompanhamento do usuário para serviços da rede, impressão da Identidade Jovem (ID Jovem), cópia de documentos, declaração de viagem para idoso, currículos, impressão de arquivos, ticket para corte de cabelo, foto 3x4 e orientações gerais como tarifa social, Instituto Geral de Perícias (IGP) para confecção do RG, Centro de Apoio e Atendimento a Imigrantes de Santa Catarina (CAISC) para documentação, MTE, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Passarela da Cidadania, cadÚnico, entre outros.

O cadÚnico, tanto a atualização quanto inclusão são também realizados por esses profissionais, que passaram por uma capacitação sobre cadastramento, e

sempre estão se comunicando com o setor responsável e atualizando sobre o assunto.

O serviço conta também com oficinas e grupos, são eles:

- “Pop pela Cidade”, da qual uma vez por mês leva em média 15 usuários que se escrevem previamente, para locais como museus, projetos ambientais, parques, entre outros, visando promover uma interação com o ambiente, socialização, desenvolvimento das relações interpessoais e redução de danos.
- “Pop na Praça” onde os atendimentos (orientações), são realizados nas praças, no caso no território/ ambiente dos usuários.
- O grupo de Direito Previdenciário, reúne um grupo pequeno de no máximo 5 usuários, interessados em saber como funcionam os benefícios ofertados pelo serviço e ao final aqueles que enquadram no perfil para solicitação, por exemplo, do BPC, é realizado o agendamento da perícia.
- O grupo de albergue noturno, tem a finalidade de reunir todos aqueles usuários que já tinham fornecido seus nomes com finalidade de ingressar nesse espaço; no momento desse encontro é informado o número de vagas abertas, explicado sobre as prioridades legais e, por fim, se faz o encaminhamento.
- O grupo de acolhimento, que ocorre uma vez por semana, para aqueles usuários novos no serviço, que nunca tenham passado por atendimento com a assistente social e que não demandam passagem rodoviária. No grupo são apresentados os serviços disponíveis no Centro Pop, assim como, outros espaços dos quais possam suprir alguma necessidade dos indivíduos.

No momento, o grupo do INSS e o Pop na praça estão temporariamente suspensos, devido aos afastamentos de férias dos servidores.

Reuniões para alinhamento e discussão de casos são realizadas pelos profissionais, sendo que a equipe técnica tem encontro todos os dias no momento em que os dois turnos estão reunidos, os(as) educadores(as) sociais se reúnem às quartas-feiras e toda a equipe nas quintas-feiras, também em horário que os dois turnos se encontram. Uma vez por mês ocorre uma reunião mais longa com toda a equipe, onde o equipamento fecha por meio turno. Ao final do ano ocorre a avaliação do período corrente e planejamento para o próximo ano.

4.2 A IMPORTÂNCIA DOS(AS) EDUCADORES(AS) SOCIAIS

Desde 29 de janeiro de 2015, quando comecei a exercer a profissão de educadora social, passei a compreender melhor como era fundamental esse papel junto aos usuários.

Lendo em edital quais seriam as funções profissionais, não se tem a magnitude e amplitude desses afazeres, até porque, na dinâmica do dia a dia, vai muito além do que se é colocado formalmente.

Em junho do mesmo ano, quando por opção minha fui transferida para o Centro Pop, do qual tinha uma equipe maior de educadores(as) sociais e esses tinham contato diariamente, pois não trabalhavam em regime de plantão, pude aprender ainda mais. Toda dinâmica de atendimento e funções a serem realizadas diariamente, no caso como chamamos de treinamento, foram repassados e orientados por um(a) educador(a) social que já estava há mais tempo no serviço.

Aquele usuário que chega fragilizado na sua frente solicitando algo que você entende como básico, apresenta por trás várias outras demandas que com o decorrer do tempo você aprende a identificar. O olhar crítico do(a) educador(a) social referente a realidade social do sujeito e da conjuntura do país, se faz de extrema importância para o desenvolvimento do seu trabalho junto ao usuário.

No dia a dia do atendimento, habilidades e competências específicas se fazem necessárias. Em muitos casos, os vínculos formados com os(as) educadores(as) sociais, são de extrema importância para o trabalho da autonomia daquele usuário e seu desenvolvimento como cidadão. Aquela conversa que muitas vezes interpretada como apenas um bate-papo, um aperto de mão e um simples bom dia, pode estar acarretando naquele sujeito, nem que seja por um instante, uma redução de danos.

A garantia de direitos, a inclusão a benefícios socioassistenciais, orientações, comprovante de residência, currículos, pedido de certidão de nascimento, agendamento técnico, encaminhamento ao centro de saúde, cópia de documentos, id jovem, correspondências, guarda de documentação, consultas online gerais, ligações telefônicas, entre outros, tudo passa pelos(as) educadores(as) sociais, que no Centro Pop fazem o primeiro acolhimento do sujeito.

O cadastro do serviço para aqueles que estão frequentando o espaço pela primeira vez também é realizado por esse profissional. Neste momento, por mais que se solicite dados básicos, é um momento em que o sujeito acaba relatando um pouco de sua história, o profissional com cuidado e sensibilidade ímpar tenta conduzir da melhor maneira possível e também para que o usuário não se exponha muito naquele momento, pois não se tem sigilo no balcão de atendimento. Além dos encaminhamentos que podem ser dados nesse momento, a partir dessa escuta pode-se dar outros desdobramentos ou serviços que o usuário não estava ciente.

Cabe destacar que todo usuário que entra no Centro Pop nem sempre é atendido pela equipe técnica, mas sempre será atendido por um(a) educador(a) social, pois todas as informações, encaminhamentos e agendamentos são realizados por esse profissional. Pelo motivo dos números de vagas para equipe técnica serem limitados, devido ao número de profissionais serem insuficientes para atendimento, esse “filtro” é realizado no balcão de atendimento, chegando para o atendimento técnico somente o que não tem nenhuma possibilidade de ser resolvido pelos(as) educadores(as) sociais.

É inquestionável a importância do(a) educador(a) social para o funcionamento do equipamento Centro Pop. Esse profissional é aquele que está ali para além do atendimento do dia a dia. Ele é aquele que planeja os atendimentos, organiza as melhores dinâmicas para manter a qualidade do serviço, repassa a equipe técnica casos que entende que necessite de um olhar um pouco mais apurado, como também informa algo que foi conversado em balcão e que seja de importância para dar continuidade nos atendimentos.

O(A) educador(a) social do Centro Pop, é aquele comprometido com a construção de outros sujeitos. Aquele que no momento da pandemia de covid-19, corria atrás de capacitações e informações por conta própria para poder repassar as mesmas de maneira correta ao usuário. Aquele que também organizou e participou de festas de fim de ano, show de talentos, rodas de conversas, bailinhos para os seus.

No serviço são atendidos usuários com os mais diversos transtornos psicológicos sem se ter uma capacitação ou treinamento para o manejo de situações que ocorrem em segundos, podendo desdobrar em vários outros problemas. “Essa profissionalidade é pautada na autoria de prática porque o(a) educador(a) inventa e

reinventa ações educativas e ressignifica teorias pedagógicas no processo da ressocialização e de promoção cognitiva e social das pessoas vulnerabilizadas.” (PEREIRA, 2016, p. 1302).

4.3 ANÁLISE CRÍTICA DO TRABALHO DO(A) EDUCADOR(A) SOCIAL

Desde a mudança de localidade do Centro Pop, este indo para um prédio alugado, de dois pavimentos, sem espaço externo, no centro de Florianópolis, muitas atividades acabaram sendo suspensas. Observou-se também no período da pandemia do covid-19, a pouca circulação de ar no ambiente por se ter o mínimo de janelas no local, o que acabou prejudicando parcialmente o atendimento junto aos usuários, com preocupação da propagação da doença, além do uso de máscaras, era solicitado que os mesmos entrassem um por vez e que permanecessem no ambiente somente no período de atendimento.

Referente a essa estrutura física, comparando com o caderno de orientações técnicas, existem quesitos que hoje não se fazem presentes no espaço, a lavanderia com espaço para secagem de roupas, refeitórios, armários individualizados para guarda de pertences. O mais requisitado entre os usuários até a presente data é a lavanderia e os armários para guarda de pertences. O local possui armários que vieram do outro espaço, porém não possui um espaço adequado para serem instalados.

O espaço do qual se encontra o serviço é inadequado para o número de demandas/usuários atendidos, o número de salas de atendimentos individualizados que hoje são de duas, são compartilhadas para a realização de cadÚnico e ligação, atrapalhando o fluxo de atendimento do serviço. A equipe também avalia que o ambiente não é adequado, devido às escadas, sala dos(as) educadores(as) não ter sigilo, as mesas do primeiro acolhimento ficam próximas, o que muitas vezes atrapalha no atendimento ao usuário, a pouca ventilação (como já citado) e iluminação natural e por ser um prédio antigo alguns problemas como infiltrações são recorrentes.

A passarela da cidadania, agora administrada por órgão privado em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, oferta serviços já citados anteriormente, para manutenção e bem-estar desses usuários, porém recebemos diariamente

reclamações por parte de seus frequentadores quanto a organização e dinâmica do local.

A abertura de vagas para pernoite foi de extrema importância, já que o município a cada dia está tendo um número maior de migrantes, porém, seria necessária a transferência destes atendimentos para outro espaço, em dias de eventos e até mesmo no carnaval, os mesmos dormem nesse local com som ensurdecido ou são alocados provisoriamente em outro espaço, tendo em vista que não se é pensado sobre todo o transtorno ocasionado. Atropelamentos são recorrentes em frente a Passarela do Samba “Nego Quirido”. Usuários muitas vezes alcoolizados, ou que preferem atravessar em meio aos carros, vão em busca do serviço, que fica situado às margens de uma via rápida de carros.

O município não possui serviços de acolhimento suficientes para atender a essa demanda, principalmente a núcleos de famílias com crianças, que antes não eram de grande frequência, e hoje se faz presente semanalmente. As mesmas encaminhadas a hospedagem provisória, são acompanhadas pela equipe técnica do Centro Pop, com sua estadia renovada a cada quinze dias. Entende-se que esse espaço não é o adequado para o acolhimento dessas famílias, visto que o espaço não conta com telas de proteção nas janelas, todos dormem no mesmo quarto e não é proporcionado um ambiente de uma casa. Indivíduos que formam núcleo unifamiliar também possuem poucas alternativas de abrigo na cidade hoje, como a passarela do samba, em que as vagas são por demanda espontânea, e os acolhimentos pela Prefeitura, como o albergue noturno, duas casas de apoio masculina e uma casa de passagem mista. Esses acolhimentos hoje possuem uma fila de espera, até porque para se ter a inserção de um usuário é necessário que outro seja desligado.

Ao longo desses anos junto à Secretaria de Assistência Social, tivemos um avanço referente a alimentação desta população. Criado em julho de 2022, o restaurante popular, veio para garantir a segurança alimentar e nutricional para pessoas de baixa renda, oferecendo café da manhã, almoço e jantar, todos os dias da semana. Para o acesso é necessário estar cadastrado no cadÚnico, e pessoas sem renda, muitas vezes o público do Centro Pop, o acesso é gratuito.

Com o funcionamento do restaurante popular, muitos usuários passaram a frequentar esse espaço. Por mais que na passarela da cidadania ofereça

alimentação, o fato de frequentar um espaço com outras pessoas, poder servir sua comida em um prato e não uma marmita, enfim, um restaurante, onde traz o usuário a ter uma certa dignidade na alimentação. Este serviço é uma vitória frente a segurança alimentar desta população.

É indiscutível que muitos outros serviços precisam desse avanço, como a criação de um novo Centro Pop, agora no norte da ilha. Relato de usuários frequentadores do serviço é que nesses bairros o número é cada vez maior, devido ao local ser coberto por praias e conseqüentemente turistas, muitos vão para essas localidades em busca de empregos temporários e ter a rua como sobrevivência.

Referente a equipe de profissionais no Centro Pop, após a mudança, o número de membros da equipe diminuiu consideravelmente. Um exemplo é a equipe de Educadores(as) Sociais que anteriormente eram de 12 funcionários(as) e hoje conta com apenas 6 funcionários(as), sendo três em cada turno. Esta mudança teve um grande impacto na rotina de trabalho, um exemplo é quando ocorre algum tipo de afastamento desse profissional, a sobrecarga de serviço é sentida por aqueles que continuam no serviço.

Algumas atividades tiveram que ser suspensas temporariamente, pois os(as) educadores(as) sociais não possuem tempo hábil de planejar e pôr em prática oficinas, como ocorria no outro espaço. Atualmente, quando ocorre, por exemplo, a oficina pop pela cidade, tem-se a presença de um(a) educador(a) social acompanhando a atividade, diferentemente de um projeto próprio.

Para a equipe, o serviço se tornou mais mecanizado, voltado somente ao atendimento do balcão e cadÚnico. Por mais que se aprenda muito e passe-se adquirir outras habilidades, a parte de busca ativa de usuários que ocorriam quando se tinha o pátio e organização de oficinas era algo que trazia o usuário junto ao profissional. Acredita-se que após uma possível reformulação do serviço que está sendo estudada, esse profissional passe a atuar cada vez mais próximo ao usuário, participando de todo o processo de atendimento e pensando junto a equipe técnica possibilidade para o prosseguimento nos atendimentos.

Dentre outras atividades executadas pelo(a) educador(a) social e que segundo a resolução nº 9 do CNAS seria uma atividade voltada para o(a) cuidador(a) social e que já foi muito executada, como de apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas. Um exemplo disto, os(as) educadores(as) sociais

no período anterior ao ano de 2018, acompanhavam os usuários no INSS, também ao CAPS para consulta psiquiátrica e ajuste de agenda de atividades do usuário, ao centro de saúde para consulta médica, entrando em atendimento junto ao usuário, rodoviária, etc. Esses acompanhamentos para alguns usuários podem até serem interpretados como uma companhia, porém para outros pode ocasionar um constrangimento, podendo até em uma consulta não ser colocado todos os apontamentos necessários por ter outra pessoa no atendimento.

Apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho e apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados, consta como funções do(a) educador(a) social e está sendo colocado em pauta para uma possível reformulação do serviço. Muitos encaminhamentos realizados através da equipe técnica, não se tem um acompanhamento por parte do(a) educador(a) social.

Por mais que no documento seja citado apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como a organização e limpeza como função do(a) cuidador(a) social, essa foi uma luta de muito tempo por parte dos(as) educadores(as) em ter que higienizar as toalhas de banho que os usuários utilizavam, e também o monitoramento do refeitório. Importante falar que após muitas reivindicações as toalhas passaram a ser higienizadas por empresa especializada.

Este monitoramento do refeitório que era executado consistia em recolher as fichas que os usuários pegavam no balcão quando eram chamados (isso ocorria para manter a ordem daqueles que chegaram primeiro no serviço), ao mesmo tempo, era observado para que os mesmos não levassem embora marmitas com comida, pois ocorreram episódios de a comida estragar e a insinuação de que Prefeitura disponibilizaria marmitas vencidas. Por fim, os(as) educadores(as) eram responsáveis por manter a “ordem” do local, episódios esses que por vezes eram conflituosos e de angústia para os funcionários, pois a qualquer momento poderia ocorrer algum tipo de atrito ou conflito.

As supervisões técnicas, que ocorreram por um período no Centro Pop, foram momentos de aprendizados, reflexões e estudo de casos. Momento esse que proporcionava visão sobre determinado evento, uma outra maneira de acompanhamento do atendimento. Infelizmente com a mudança de gestão não

foram mais autorizadas as supervisões técnicas e a liberação deste profissional não é mais possível.

Em relação às capacitações existe um setor responsável dentro da Secretaria de Assistência Social de Florianópolis pela organização de temas e aplicações, mas as mesmas não ocorrem com tanta frequência como era quando organizado pela equipe do Centro Pop. Diga-se que foi uma perda muito grande para a equipe, que em média eram realizadas de 1 a 2 capacitações por mês, e atualmente são bem esporádicas. Outra perda foi que antes era possível o fechamento do serviço por um período para que todos os funcionários pudessem fazer parte deste momento de aprendizagem, atualmente tem que escolher junto a equipe quem tem interesse em participar para poder organizar quantas pessoas poderão sair para a capacitação.

O desmonte de políticas públicas, a precarização dos serviços, para que esses sejam motivos de passarem a ser gerenciadas por organizações sociais e a política de higienização da cidade, do qual permite que um serviço jogue fora pertences de usuários que deixam em lugares estratégicos para usar novamente pela noite, e que por muitas vezes até sua documentação e medicamentos são descartados junto, o que acaba ocasionando mais uma problemática, sendo a confecção de um novo documento, no caso uma certidão de nascimento solicitada pelo Centro Pop, leva na média de 30 a 90 dias para chegar.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira conversa que tive com o meu orientador, do qual levei a proposta de falar sobre a PSR, pois seria algo do meu cotidiano, o mesmo me fez a contraproposta de falar sobre o(a) educador(a) social, minha atual profissão.

Naquele momento fiquei extremamente feliz, por poder mostrar um pouco do tanto que esse profissional faz no dia a dia, assim como mostrar que estamos ali no serviço. Muitas vezes ao falar que trabalho com PSR, a primeira indagação que vem por parte das pessoas é se sou assistente social, e ao informar que sou educadora social, o que surge é um silêncio total, de questionamento do que faz esse profissional.

No decorrer do levantamento de bibliografias pertinentes ao tema, comecei a perceber que seria um desafio encontrar materiais falando sobre a atuação profissional do(a) educador(a) social, principalmente voltado a população em situação de rua. Acabei me baseando muito na pesquisa das legislações e também na minha experiência profissional, experiência essa de oito anos.

Nesse período o que pude ver foi a precarização do serviço, assim como de vários outros serviços da assistência social. O fato de não ter um kit higiene e um cobertor para os dias de frio, que são coisas básicas a se oferecer para os que estão chegando no serviço, acaba gerando nos funcionários uma certa frustração. Assim como a verba destinada à passagem rodoviária, para o resgate de vínculos, simplesmente acabar antes de finalizar o mês e não ser repostos. Além de as vagas para os serviços de acolhimento serem administradas por lista de espera, com prazo de acolhimentos de semanas e até meses para o acesso à vaga.

Alguns fatores alteraram muito a dinâmica do trabalho e do serviço. O crescente número de pessoas em situação de rua, principalmente pós-pandemia de covid-19, das quais esses sujeitos tiveram a perda de seus empregos, moradias, entre outros, núcleos inteiros de famílias tiveram como alternativa às ruas como moradias. A falta de investimentos em políticas públicas, principalmente de habitação torna mais grave a situação, e em Florianópolis não foi diferente. O número de pessoas chegando novas no serviço todos os dias é perceptivelmente maior, essas vêm acreditando que por ser uma capital o número de empregos são maiores e acabam se decepcionando.

Por mais percalços que o serviço vem passando nos últimos anos, o que não se tem dúvida é a dedicação de todos os funcionários que já se fizeram presentes e os que continuam à frente do serviço. Lutas e embates já foram travados em virtude da manutenção do serviço, como também o mínimo de qualidade a ser passado ao usuário.

Como já mencionado no capítulo anterior, o trabalho do(a) educador(a) social frente ao serviço é indiscutível, o pensar e agir profissional faz com que mudanças naquele usuário seja perceptível no decorrer de alguns dias, sem falar nas vezes que os próprios vêm agradecer pelo atendimento prestado.

A não valorização profissional é identificada em vários aspectos como o “salário é baixo em relação à amplitude e às exigências do trabalho [...] os aspectos emocionais e subjetivos que ele requer do profissional [...] o que revela a desvalorização do profissional e o descaso que é tratada a questão social.” (SILVA, 2009, p. 486).

Não podemos deixar de falar da saúde mental desse profissional. Devido aos números elevados de pessoas em situação de rua à procura do serviço, onde toda manhã é visível uma enorme fila aguardando a abertura do equipamento, como também as diversas situações da questão sociais tratadas, o adoecimento e desgaste é algo constantemente relatado por esses profissionais.

A luta por garantias de direitos para a população em situação de rua ainda é um trabalho árduo. Para o(a) educador(a) social, a luta por reconhecimento nas mais diversas áreas, também é algo que ainda terá muitos embates. Assim como citado no PL referente, a escolarização passar a ser somente de nível superior, não levando em conta o aprendizado das vivências obtidas por esse profissional de nível médio. Esse mesmo profissional com essa escolarização que até hoje se faz presente nos espaços, buscando se qualificar, buscar novas informações, métodos para aplicação das atividades, sem falar em todo o acolhimento junto aos demandantes dos serviços. Projeto de lei este que se arrasta por anos para uma aprovação final, sem perspectiva de conclusão.

Eu, hoje, como educadora social, tenho enorme orgulho da profissão que optei por seguir, mesmo que ao prestar o concurso em 2013 não sabia bem o local que trabalharia e até mesmo o que fazer. Posso dizer que quem sou hoje tem muito do que vivenciei e vivencio todos os dias, assim como também muito as educadoras

sociais no serviço ou que já passaram por ele, o aprendizado profissional e pessoal são de extrema valia para minha vida, sem falar que foi graças a elas prestei vestibular depois de 13 anos da conclusão do ensino médio e hoje estou aqui concluindo o curso de Serviço Social.

O(A) educador(a) social é uma peça primordial para o andamento no dia-a-dia do atendimento, as portas só abrem quando o mesmo está a postos e preparado para a escuta de mais uma situação imersa em questões sociais complexas. O educador social é hoje o pulmão e o coração do serviço.

REFERÊNCIAS

BALERA, Fernanda Penteado. **Massacre da Sé completa 18 anos em meio a mortes invisíveis do povo de rua**. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/2022/08/19/massacre-da-se-18-anos.htm>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. **A Trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública**. Interdisciplinar de Estudos em Saúde, Rio do Peixe, v. 4, n. 1, p. 108-127, ago. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Windows/Downloads/baadejoel,+ries_v4_n1_341.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

BOVE, Cristina; FIGUEIREDO, Gladston. **A política nacional para a população em situação de rua: processo e participação**. In: GRINOVER, Alda Pellegrini *et al* (org.). Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014. Cap. 21. p. 15-821.

BRASIL. **CBO 5153-05**. 2005. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/515305-educador-social>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Rideel, 2018. 414 p.

_____. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 17 out. 2022.

_____, **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8. 742. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS** – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. SUAS e População em Situação de Rua**, Volume III. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 126 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004; Norma Operacional Básica - NOB/SUAS** – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS** – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Projeto de Lei do Senado Nº 328, 2015**. Brasília, DF, 02 jun. 2015.

Disponível em:

https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4427478&ts=1630411739035&disposition=inline&_gl=1*8llx28*_ga*NjQ1OTExNDY1LjE2ODM0MDM4NDI.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4MzQwMzg0Mi4xLjEuMTY4MzQwMzg0NS4wLjAuMA... Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. **Projeto de Lei Nº5.346-C**. Brasília, 03 jun. 2009. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0j1292ryrxrygbbrqw5ecna9p3445559.node0?codteor=1602478&filename=Avulso+-PL+5346/2009. Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. **Resolução Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 16 abr. 2014. Seção 1, p. 1-9. Disponível em:

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-9-de-15-de-abril-de-2014/>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. **O que é cadastro único**. 2022.

Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRAVIN, Rodrigo; PAIVA, Jacyara Silva de; PINEL, Hiran. **As relações entre a pedagogia social, educação social e educação popular no Brasil:**

saberes-fazer de resistência, produzindo subjetividades resilientes. Educação Popular, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 4-24, ago. 2020. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/50913#:~:text=A%20pedagogia%20social%20imbricada%20com,nas%20margens%20de%20diversas%20periferias>

. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARREGA, Arthur Daltin. **As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração**. Patrimônio e Memória, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 154-171, dez. 2019. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1065/1103>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DESACATO, Portal. **1300 pessoas moram nas ruas de Florianópolis: Carta da Rede com a Rua**. 2022. Disponível em: <https://desacato.info/1300-pessoas-moram-nas-ruas-de-florianopolis-carta-da-rede-com-a-rua/>. Acesso em: 12 maio 2023.

DIAS, André Luiz Freitas. **Seminário cadúnico: o retrocesso e os desafios no acesso às políticas sociais com a população em situação de rua em SC**. In: Defensoria Pública do Estado. Florianópolis, 2023.

FIGUEIREDO, Aline. s.d. **Orientador Social: entre potências e desafios**. Paulus Social, São Paulo, p. 1-2. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/assistencia-social/conteudos/orientador-social-entre-potencias-e-desafios/>. Acesso em: 27 maio 2023.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude. **Núcleo de Apoio à Família-Rodoviário (NAF-R)**. Florianópolis 2005. Disponível em: <semas/index.php?pagina=servpagina&id=4613>. Acesso em: 19 mai. 2023.

_____. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Centro Pop. **Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI**. Florianópolis, 2016.

FORTE, Ana Caroline Freitas do Monte e Silva; ARAÚJO, Liana Brito de Castro; SOUSA, Adinari Moreira de. **DESMONTE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA CRISE BRASILEIRA: caminhos e desafios para a política**. Ufma, São Luís, p. 8853-8865, ago. 2019. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_103_1035caa08c347d64.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

HAMADA, Rafael Kenji Fonseca *et al.* **População em situação de rua: a questão da marginalização e o papel do estado na garantia dos direitos humanos e do acesso aos serviços de saúde no Brasil**. Aps, Minas Gerais, v. 3, n. 21, p. 461-469, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16041/8462>. Acesso em: 22 set. 2022.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 400 p.

LUCCA, Amanda Fratea. *et al.* **Construção da identidade do educador social**. Diálogos Interdisciplinares, Mato Grosso do Sul, v. 7, n. 4, p. 45-53. Disponível em:

<https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/587/647>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MONTFERRE, Helio. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 23 maio 2023.

MOURA, Clóvis. **O Negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021. 359 p.

NICODEMOS, Alessandra. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: aspectos históricos e conceituais na defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 170-197, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11892/8352>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NUNES, Jadna Aparecida. **Núcleo de apoio à família - rodoviário: estratégias para dar continuidade ao enfrentamento do fenômeno população em situação de rua no município de Florianópolis**. Florianópolis, centro sócio econômico. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 135-158, mar. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ZG7vK9Rn55VfxsHvw7LndHs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PEREIRA, Antônio. **A profissionalidade do educador social frente a regulamentação profissional da educação social: as disputas em torno do projeto de lei 5346/2009**. Riae, Araraquara, v. 11, n.3, p. 1294 - 1317, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/sawan/Downloads/13.+6041-15057-1-SM+Rev.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

PEREIRA, F. B. **Pós abolição: liberdade e cidadania**. Cachoeira - Ba, Laboratório de História. Centro de Cultura, Artes e Humanidades. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2015. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/F%C3%A1bio_Batista/C_continuacao_11.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Temporalis, Brasília, v. 22, p. 191-215, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387/1585>. Acesso em: 03 jun. 2023.

ROMANS, Mercè; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. **Profissão: educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 206 p. Tradução de: Ernani Rosa.

SILVA, Gerson Heidrich da. **Educador social**: uma identidade a caminho da profissionalização? *Educação e Pesquisa*, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 479-493, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022009000300005>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/mxgRtC8Nr5ccFMng5yw8g3B/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 mar. 2023.

SOUZA, Tainara de Jesus. **O movimento nacional de meninos e meninas de rua e a conquista dos direitos**. 2016. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/47033/o-movimento-nacional-de-meninos-e-meninas-de-rua-e-a-conquista-dos-direitos>. Acesso em: 26 jun. 2023.